

ESCREVER PARA EXISTIR: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ESCRITA ACADÊMICA E PERTENCIMENTO NO ENSINO SUPERIOR**WRITING TO EXIST: SOCIAL REPRESENTATIONS OF ACADEMIC WRITING AND BELONGING IN HIGHER EDUCATION****DOI: 10.70860/ufnt.entreletras.e20459****Lívia da Silva Leite¹****Natália Elvira Sperandio²**

Resumo: Esta pesquisa investiga as representações da escrita acadêmica construídas por estudantes de diferentes cursos de graduação e analisa como tais sentidos se articulam ao pertencimento no Ensino Superior. Fundamentado na Teoria das Representações Sociais e nos estudos sobre letramentos acadêmicos, o estudo adota abordagem quali-quantitativa e examina respostas de 24 estudantes a questionário *on-line*. Os resultados evidenciam a predominância de uma concepção normativa da escrita, associada a exigências técnicas e afetos negativos, bem como indícios de ressignificação quando há mediação formativa sistemática. Conclui-se que a escrita pode operar como marcador simbólico de inserção e permanência acadêmica.

Palavras-chave: letramento acadêmico; escrita; graduação; representação social.

Abstract: This study investigates social representations of academic writing constructed by undergraduate students from different programs and examines how these meanings relate to belonging in Higher Education. Grounded in Social Representations Theory and Academic Literacies studies, the research adopts a quali-quantitative approach and analyzes responses from 24 students to an online questionnaire. Results indicate the predominance of a normative conception of writing, associated with technical demands and negative affects, as well as signs of re-signification when systematic pedagogical mediation is present. Academic writing can emerge as a symbolic marker of academic insertion and persistence.

Keywords: academic literacies; writing; undergraduate education; social representations.

Introdução

A escrita acadêmica ainda ocupa um lugar de muito prestígio na formação universitária, pois constitui meio privilegiado de produção, circulação e legitimação do conhecimento científico. Diante disso, ao longo da graduação, estudantes são incentivados a produzir

¹ Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PROMEL), da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). *E-mail:* livia28leite@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4351-5174>.

² Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), mestrado em Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João del-Rei e doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é professora titular da Universidade Federal de São João del-Rei e membro do GT Linguística e Cognição da ANPOLL. *E-mail:* nataliasperandio@ufsj.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3912-1892>.

resenhas, artigos, projetos, relatórios, monografias e outros gêneros que demandam domínio de convenções discursivas específicas, rigor metodológico e adequação a normas institucionais. Nesse contexto, escrever está para além de organizar ideias, se trata de posicionar-se discursivamente em uma comunidade que regula critérios de validade, autoria e cientificidade. Nessa perspectiva, a expressão “escrever para existir”, que dá título a esta pesquisa, refere-se ao processo pelo qual a participação nas práticas de escrita acadêmica possibilita ao estudante ser reconhecido como membro legítimo da comunidade universitária. Tendo isso em vista, a escrita constitui uma forma de inserção simbólica nos espaços de produção do conhecimento, tornando-se elemento relevante para a construção do pertencimento acadêmico.

No campo dos estudos sobre letramento, a perspectiva dos letramentos acadêmicos desloca a compreensão da escrita de uma habilidade técnica neutra para uma prática social situada, atravessada por relações de poder, valores institucionais e disputas simbólicas. Street (2014) critica o modelo autônomo de letramento, segundo o qual ler e escrever seriam competências universais e transferíveis, e defende o modelo ideológico, que reconhece o caráter socialmente distribuído das práticas letradas. No âmbito universitário, Lea e Street (2014) demonstram que dificuldades na escrita decorrem frequentemente da pouca explicitação das expectativas institucionais e das tensões entre trajetórias letradas distintas.

Paralelamente, a Teoria das Representações Sociais (TRS), formulada por Moscovici (1978), oferece instrumentos para compreender como determinados objetos sociais, como a escrita acadêmica, são simbolicamente construídos, compartilhados e estabilizados em grupos sociais. Sendo assim, as representações organizam percepções, orientam práticas e produzem afetos, articulando dimensões cognitivas e emocionais, conforme Jodelet (1985). Logo, investigar as representações da escrita acadêmica permite compreender como ela é vivida e experienciada pelos estudantes.

Nesse contexto, o pertencimento é compreendido como a percepção de reconhecimento, integração e legitimidade experimentada pelos sujeitos em relação à instituição universitária e às suas práticas sociais e acadêmicas, tal como discutido nas abordagens dos letramentos acadêmicos segundo Street (2014) e Lea e Street (2014). Trata-se de uma construção relacional, produzida nas interações cotidianas e nas oportunidades efetivas de participação nos modos de fazer, pensar e comunicar característicos do contexto universitário, conforme também aponta Botelho (2016, 2018), ao discutir as relações entre escrita acadêmica e participação institucional. Diante disso, permanece a questão: que sentidos os estudantes atribuem à escrita acadêmica e como esses sentidos se relacionam à percepção de pertencimento à universidade?

Esta pesquisa investiga as representações da escrita acadêmica construídas por estudantes de diferentes cursos de graduação e analisa como tais sentidos se articulam ao pertencimento no Ensino Superior. Fundamentado na Teoria das Representações Sociais e nos estudos sobre letramentos acadêmicos, o trabalho adota abordagem quali-quantitativa e examina respostas de 24 estudantes a um questionário *on-line* composto por perguntas fechadas, evocação livre de palavras e questões abertas. Sob essa ótica, a opção por incluir estudantes de diferentes áreas do conhecimento decorre da compreensão de que a escrita acadêmica se realiza em comunidades disciplinares diversas, cujas expectativas, práticas e formas de legitimação podem influenciar os sentidos atribuídos ao escrever na universidade.

Os resultados indicam a predominância de um núcleo representacional procedimental-epistemológico, ancorado em método, pesquisa e normatividade, articulado a um sistema periférico afetivo marcado por insegurança e percepção de dificuldade. Evidenciam também que experiências de mediação formativa contribuem para processos de ressignificação e fortalecimento do pertencimento acadêmico.

O artigo organiza-se da seguinte maneira: inicialmente, apresentam-se os fundamentos teóricos da Teoria das Representações Sociais e dos letramentos acadêmicos; em seguida, descrevem-se os caminhos metodológicos da investigação; posteriormente, discutem-se os resultados à luz do referencial teórico; por fim, tecem-se as considerações finais acerca das implicações formativas e institucionais dos achados.

1 Entre método e sentido: a escrita como objeto representacional

Nesta seção, apresentamos e discutimos aspectos centrais da Teoria das Representações Sociais, aporte teórico que fundamenta a investigação. Tal perspectiva nos permite compreender como determinados sentidos, ao longo do tempo, são produzidos, reproduzidos e também reconfigurados no interior das práticas sociais. No contexto deste estudo, a teoria possibilita analisar como se constroem e circulam representações acerca da escrita acadêmica e como essas podem influenciar a forma como os estudantes se posicionam no espaço universitário.

Por esse viés, propomos uma discussão sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS), considerando que esta pesquisa parte da análise das representações construídas por estudantes de graduação acerca da escrita acadêmica. Conforme destaca Jodelet (1985), a noção de representação surge inicialmente na sociologia, com Durkheim, sendo posteriormente reelaborada no campo da psicologia social a partir das contribuições de Moscovici (1976).

Segundo Moscovici (1976), as representações sociais podem ser compreendidas como realidades quase concretas, que circulam, se articulam e se estabilizam continuamente no cotidiano, por meio da linguagem, dos gestos e das interações sociais. Isso significa que elas atravessam as práticas sociais e integram as dinâmicas das relações humanas. Para o autor, tratam-se de sistemas compostos por valores, ideias e práticas que orientam os sujeitos e tornam possível a comunicação entre membros de um mesmo grupo. De modo semelhante, Jodelet (1985) as define como formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas.

Moscovici (2007) evidencia que as representações sociais organizam a experiência coletiva ao desempenharem duas funções fundamentais: estabelecer uma ordem que permita aos indivíduos situarem-se na realidade social e viabilizar a comunicação entre grupos. Elas estão presentes nas relações cotidianas, nas práticas e nos discursos que circulam socialmente. O autor também destaca que as representações atuam tanto no plano simbólico, constituído por signos, imagens e significados, quanto no plano das práticas concretas, que envolvem diferentes formas de atuação humana, como a científica, a religiosa ou a artística. Desse modo, articulam dimensão teórica e dimensão prática.

No processo de constituição das representações sociais, destacam-se dois mecanismos centrais, conforme Moscovici (2007), a ancoragem e a objetivação. A ancoragem refere-se ao movimento de integrar o novo a referenciais já existentes, ao inserir ideias recentes em categorias previamente conhecidas, de modo a torná-las familiares. Trata-se, portanto, do enraizamento social da representação e de seu objeto. Já a objetivação diz respeito à transformação de noções abstratas em imagens ou expressões concretas, o que torna os significados mais acessíveis e comunicáveis. Por meio desse processo, conteúdos complexos passam a assumir formas mais tangíveis no cotidiano.

Sob essa perspectiva, a comunicação assume papel decisivo na produção e circulação das representações. Assim, de acordo com Moscovici (2001) é principalmente por meio das interações e dos discursos que tais representações se difundem e se consolidam. No contexto universitário, práticas pedagógicas, orientações docentes e experiências formativas configuram-se como espaços privilegiados de circulação de sentidos acerca da escrita acadêmica. Como observa Arruda (2002, p. 142), ação e comunicação constituem simultaneamente origem e destino das representações sociais, pois delas emergem e a elas retornam.

Nesse sentido, Moscovici (2012) também ressalta que as representações produzem e determinam os comportamentos, uma vez que orientam práticas e contribuem para naturalizar

determinadas concepções. No âmbito acadêmico, por exemplo, a escrita pode ser associada predominantemente à norma, à correção ou à dificuldade, sentidos que se tornam evidentes na linguagem utilizada pelos estudantes. Por isso, como o próprio autor indica, o estudo das representações envolve necessariamente a análise da linguagem por meio da qual elas se manifestam.

Da mesma forma, Guareschi (2009) defende que as representações sociais configuram conhecimentos que emergem e se legitimam nas interações cotidianas, contribuindo tanto para interpretar quanto para regular a realidade social. Assim, os discursos que circulam no espaço universitário podem reforçar ou tensionar determinadas imagens acerca da escrita acadêmica.

Ao considerar a escrita acadêmica como objeto representacional, parte-se do pressuposto de que os sentidos atribuídos a ela não se produzem de forma isolada, mas são construídos coletivamente a partir das experiências vividas pelos estudantes em seus percursos formativos, em consonância com a perspectiva das Representações Sociais (Moscovici, 2007; Guareschi 2009). Nesse movimento, as representações não apenas organizam a forma como a escrita é compreendida, mas também incidem diretamente sobre como os sujeitos se percebem enquanto participantes, ou não, legitimados da vida universitária. Assim, compreender essas representações implica também reconhecer os mecanismos simbólicos de inclusão, reconhecimento e exclusão que atravessam a experiência acadêmica e moldam as relações dos estudantes com a própria escrita.

Diante disso, a Teoria das Representações Sociais mostra-se pertinente a este artigo, pois possibilita examinar como os sentidos socialmente partilhados sobre a escrita acadêmica se estruturam, circulam e, eventualmente, se transformam. Parte-se do entendimento de que expressões recorrentes, metáforas e construções discursivas funcionam como mecanismos de materialização desses sentidos, o que permite observar como são reiterados ou reconfigurados ao longo da formação universitária. Ao problematizá-los, busca-se contribuir para a reflexão sobre seus impactos na experiência acadêmica e nos processos de pertencimento estudantil.

2 Letramentos acadêmicos: práticas sociais, normatividade e pertencimento no Ensino Superior

A discussão sobre escrita acadêmica, neste estudo, fundamenta-se na perspectiva dos letramentos acadêmicos, que desloca a compreensão da escrita de um domínio exclusivamente técnico para uma prática social situada, institucionalmente regulada e atravessada por relações de poder. Essa inflexão teórica parte da crítica formulada por Street (2014) ao chamado modelo

autônomo de letramento, segundo o qual leitura e escrita seriam habilidades cognitivas neutras, universais e independentes de contexto. Ao propor o modelo ideológico, ou social, do letramento, Street (2014) sustenta que práticas letradas se constituem em contextos específicos, orientadas por valores culturais, expectativas institucionais e disputas simbólicas. Assim, escrever está para além de aplicar regras, mas se trata de participar de formas socialmente organizadas de produção de sentido.

Nessa direção, o pertencimento acadêmico pode ser entendido como uma sensação de reconhecimento e legitimidade construída na participação cotidiana dos estudantes nas práticas universitárias. Esse pertencimento se constitui na possibilidade efetiva de participar dos modos de produzir conhecimento, de circular ideias e de ocupar posições discursivas reconhecidas no interior da comunidade acadêmica, perspectiva que dialoga com os estudos dos letramentos acadêmicos (Street, 2014; Lea; Street, 2014; Botelho, 2016). Nesse cenário, a escrita assume um papel de destaque, uma vez que se configura como uma das principais formas de visibilidade, inscrição e atuação no espaço universitário.

Essa concepção é aprofundada, no contexto universitário, por Lea e Street (2014) ao formularem o modelo dos letramentos acadêmicos. Os autores distinguem três abordagens recorrentes na universidade: a perspectiva das habilidades de estudo, centrada no domínio formal; a da socialização acadêmica, que enfatiza a inserção em convenções disciplinares; e a dos letramentos acadêmicos propriamente dita, que integra dimensões discursivas, identitárias e institucionais. Nessa última perspectiva, dificuldades na escrita não são compreendidas como *déficit* individual, mas como resultado de tensões entre diferentes práticas letradas e expectativas implícitas. Diante disso, para eles, escrever implica negociar significados, interpretar normas nem sempre explicitadas e construir uma posição reconhecida no interior da comunidade acadêmica.

Essa compreensão torna particularmente relevante o olhar para estudantes de diferentes cursos de graduação, já que, ainda que existam convenções mais amplas que atravessam o universo acadêmico, cada área do conhecimento também produz suas próprias expectativas em relação à escrita, à argumentação, à construção de evidências e à circulação do saber. Dessa forma, as representações que os estudantes constroem sobre a escrita não podem ser entendidas somente como experiências individuais, mas como atravessadas por modos específicos de inserção em comunidades disciplinares distintas, que atribuem sentidos próprios ao que significa “escrever na universidade”, à luz dos letramentos acadêmicos (Lea; Street, 2014; Botelho, 2016).

Assim, o título “escrever para existir” ganha força analítica nesta pesquisa, pois se relaciona diretamente à possibilidade de tornar-se visível, reconhecido e legitimado em uma comunidade que atribui à produção escrita um valor de grande importância na participação acadêmica. Desse modo, a inserção nas práticas de escrita pode favorecer processos de pertencimento, enquanto dificuldades persistentes ou experiências de não reconhecimento podem intensificar sentimentos de distanciamento e não pertencimento em relação à universidade (Street, 2014; Botelho, 2016).

Tal negociação torna-se particularmente visível na escrita da monografia. Em sua tese, Botelho (2016) analisa o processo de produção desse gênero como prática de letramento acadêmico atravessada por relações de poder. A autora evidencia que a escrita não se configura como atividade isolada do estudante, e sim como prática mediada pela orientação, pela avaliação e por critérios institucionais de legitimidade. Sob essa ótica, as interações entre orientador e orientando revelam disputas em torno do que é considerado adequado, científico ou pertinente, isso evidencia que a autoria se constrói em meio a negociações. O estudante aprende, nesse processo, a ocupar discursivamente um lugar autorizado. O domínio da escrita acadêmica, portanto, funciona como marcador simbólico de inserção e reconhecimento na universidade.

Essa dimensão institucional também se manifesta nos documentos que regulam a escrita. Ao analisarem manuais de orientação para monografia, Botelho e Silva (2016) identificam a predominância de prescrições formais, estrutura, formatação, padronização, em detrimento da problematização da construção argumentativa e da posição enunciativa. Logo, o documento tende a apresentar a escrita como adequação a normas previamente estabelecidas, aproximando-se de um modelo técnico de letramento. Tal ênfase pode contribuir para consolidar representações da escrita acadêmica como prática rígida e normativa, ao obscurecer sua dimensão dialógica e processual.

Ademais, a questão do posicionamento discursivo é discutida por Schlee (2010) ao tratar do ponto de vista no texto acadêmico. A autora problematiza a ideia de neutralidade científica ao demonstrar que todo texto mobiliza escolhas linguístico-discursivas que produzem efeitos de objetividade. Dessa forma, estratégias como apagamento do sujeito, uso da terceira pessoa, voz passiva e modalização configuram formas específicas de construção de autoria. O ponto de vista, ainda que atenuado por convenções formais, é constitutivo da escrita acadêmica. Aprender a escrever, nesse contexto, implica compreender essas estratégias e internalizar modos legitimados de enunciação.

A articulação entre normatividade, posicionamento e mediação institucional evidencia que a formação em escrita acadêmica não pode restringir-se à transmissão de regras. Nesse sentido, Machado (2007) defende a atuação colaborativa e crítica do linguista na atividade educacional. Dessa maneira, ao propor uma intervenção que una reflexão teórica e prática pedagógica, a autora sustenta que o linguista pode contribuir para problematizar concepções naturalizadas de língua e escrita, promovendo processos formativos mais conscientes. A colaboração, nesse quadro, não significa mera consultoria técnica, mas construção conjunta de saberes e práticas que reconheçam a complexidade das atividades discursivas.

Tomadas em conjunto, essas contribuições permitem compreender a escrita acadêmica como prática social institucionalizada, regulada por normas, permeada por relações de poder e constitutiva de identidades acadêmicas. Ao invés de concebê-la como simples habilidade formal, a perspectiva dos letramentos acadêmicos evidencia sua dimensão simbólica e formativa. Logo, escrever na universidade implica aprender a interpretar expectativas implícitas, negociar sentidos, posicionar-se discursivamente e responder a critérios de legitimidade que nem sempre são explicitados.

Essa abordagem sustenta a análise das representações sociais da escrita construídas pelos estudantes investigados nesta pesquisa. Se a escrita aparece associada a exigência técnica, dificuldade ou insegurança, tais sentidos não podem ser dissociados das práticas institucionais que a regulam. Do mesmo modo, experiências de orientação, mediação e reflexão podem favorecer processos de ressignificação e fortalecimento do pertencimento acadêmico. Assim, a perspectiva dos letramentos acadêmicos oferece um instrumento analítico para compreender como a escrita opera, simultaneamente, como prática formativa e marcador simbólico de inserção no Ensino Superior.

3 Caminhos para a investigação

Esta pesquisa insere-se no campo das investigações interpretativistas em Educação e Linguística Aplicada, ao assumir que os sentidos atribuídos à escrita acadêmica são socialmente construídos e historicamente situados. Nesse horizonte, adota-se como base a Teoria das Representações Sociais, formulada por Moscovici (1978), que compreende as representações como formas de conhecimento social que organizam práticas e orientam condutas. Ao mesmo tempo, articula-se o modelo dos Letramentos Acadêmicos, desenvolvido por Lea e Street (2014), o qual entende a escrita universitária como prática social atravessada por relações de poder, identidades e convenções institucionais.

Diante desse enquadramento teórico, optou-se por um delineamento quali-quantitativo. Conforme argumenta Richardson (2017), abordagens mistas permitem integrar tendências estatísticas e interpretações contextuais, ampliando a robustez analítica quando o fenômeno investigado envolve simultaneamente padrões de regularidade e produção de sentidos. A análise qualitativa dialoga com os processos de ancoragem e objetivação descritos por Moscovici (1978), buscando compreender como os estudantes tornam familiar o objeto “escrita acadêmica” ao associá-lo a categorias já conhecidas, como pesquisa, método, normas e produção científica, e como esses elementos passam a materializar socialmente o significado da escrita no contexto universitário.

Sendo assim, a pesquisa possui caráter exploratório, por investigar um objeto a partir da perspectiva discente, descritivo, ao mapear tendências representacionais, interpretativo, ao analisar os sentidos produzidos nas respostas abertas e transversal, por captar percepções em um momento específico da trajetória acadêmica. Nesse âmbito, a articulação entre descrição estatística simples e análise interpretativa fundamenta-se na compreensão de que, conforme destaca Minayo (2014), fenômenos sociais complexos exigem triangulação metodológica para ampliar validade e densidade analítica.

Para tanto, participaram 24 estudantes de uma universidade pública brasileira, distribuídos em 16 cursos e diferentes períodos da graduação (inicial ao TCC). A amostra é intencional e heterogênea, pois objetiva captar diversidade de experiências e trajetórias formativas, ainda que numericamente reduzida, ela mostra-se adequada aos objetivos exploratórios da investigação, pois o interesse está na identificação de tendências representacionais e sentidos atribuídos à escrita acadêmica em diferentes trajetórias formativas. A inclusão de estudantes de primeira geração no Ensino Superior permitiu observar possíveis tensões entre capital cultural familiar e inserção nas práticas letradas universitárias, aspecto coerente com o modelo ideológico de letramento proposto por Street (2014).

Para recolher as respostas, foi utilizado um questionário on-line, via Google Formulários, composto por: I perguntas fechadas (perfil e percepção de dificuldade), II, técnica de evocação livre de palavras associadas à “escrita acadêmico-científica” e III questões abertas sobre sentimentos, pertencimento e experiências formativas. Isso porque a técnica de evocação é amplamente empregada em pesquisas fundamentadas na Teoria das Representações Sociais, pois permite acessar conteúdos mais prontamente associados ao objeto, contribuindo para identificação de possíveis núcleos estruturantes.

O questionário foi aplicado pela pesquisadora responsável durante o ano de 2026. Os participantes foram convidados voluntariamente por meio de divulgação em redes sociais. Não havia relação avaliativa direta entre as pesquisadoras e participantes, tampouco vínculo pedagógico que pudesse produzir constrangimento ou interferir na liberdade das respostas. Ainda assim, reconhece-se que toda situação de pesquisa é atravessada por relações sociais, razão pela qual foram assegurados anonimato, confidencialidade e participação voluntária.

Além disso, a inclusão de estudantes de diferentes cursos fundamenta-se na compreensão de que as práticas de escrita não são homogêneas na universidade. Conforme os estudos dos Letramentos Acadêmicos, diferentes comunidades disciplinares mobilizam expectativas, convenções discursivas e formas de legitimação do conhecimento distintas. Desse modo, a diversidade de áreas permitiu observar elementos compartilhados da escrita acadêmica, sem desconsiderar possíveis especificidades associadas às experiências formativas de cada campo.

Partiu-se da hipótese de que a escrita acadêmica apresenta elementos representacionais compartilhados entre estudantes universitários, principalmente aqueles associados à produção de conhecimento e à normatividade científica, mas que tais representações podem ser moduladas pelas experiências específicas de formação e pelas práticas discursivas características das diferentes áreas do conhecimento.

Ademais, a análise desenvolveu-se em três movimentos articulados, primeiro um cálculo de frequências absolutas e relativas, depois o grupamento lexical em campos semânticos e por fim, cruzamentos entre variáveis (período $\times$ dificuldade; primeira geração $\times$ pertencimento; orientação $\times$ segurança). A estatística utilizada é descritiva simples, coerente com o tamanho da amostra e com o objetivo exploratório do estudo, como esclarece Richardson (2017). Não se buscou inferência estatística, mas identificação de tendências.

Para a análise qualitativa, as respostas abertas foram submetidas a leitura flutuante, codificação temática e categorização interpretativa, conforme Minayo (2014). Essa análise dialoga com a noção de ancoragem e objetivação (Moscovici, 1978) distinção entre modelo autônomo e ideológico de letramento, conforme Street (2014), além da escrita acadêmica como prática institucional situada segundo Lea e Street (2014). A interpretação seguiu princípios da análise qualitativa interpretativa, ao entender o discurso como lugar de produção de sentidos e posicionamentos identitários.

Na etapa final, procedeu-se à integração dos resultados quantitativos e qualitativos, conforme orientação de Richardson (2017) para métodos mistos convergentes. As tendências

numéricas foram confrontadas com os conteúdos discursivos, o que permitiu identificar centralidades representacionais, compreender tensões entre norma e pertencimento e relacionar percepção de dificuldade a trajetórias e mediações formativas. Essa integração sustenta maior consistência argumentativa, ao evitar tanto reducionismo estatístico quanto interpretação desvinculada de evidências empíricas. Conforme Minayo (2014), a validade interpretativa em pesquisas sociais depende da densidade descritiva e da articulação teórica, princípios observados neste estudo.

Logo, a pesquisa insere-se no paradigma interpretativista, adota abordagem de métodos mistos (quali-quant) de caráter exploratório-descritivo, com predominância qualitativa. A pesquisa observou os princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), específica para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. A participação ocorreu mediante aceite em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eletrônico, com garantia de anonimato, confidencialidade e possibilidade de desistência a qualquer momento. Por envolver apenas aplicação de questionário on-line sem identificação dos participantes e sem intervenções ou riscos adicionais, a investigação enquadra-se nas situações previstas pela referida resolução.

4 Entre a regra e o medo: o que os dados revelam sobre escrever na universidade

Participaram da pesquisa 24 estudantes matriculados em 16 cursos distintos de uma universidade pública federal, nos meses de fevereiro e março de 2026. Os dados foram coletados pelas próprias autoras por meio de questionário on-line, sem vínculo hierárquico direto com os participantes, circunstância que favorece respostas mais espontâneas e minimiza o viés de desejabilidade social.

A distribuição por período revela uma amostra predominantemente de trajetória avançada, a maior parte dos respondentes encontra-se no 7º período em diante, com 9 participantes (38%). Em seguida, estão os estudantes do 1º ao 3º período, que somam 8 participantes (33%). Os alunos em fase de TCC representam 4 participantes (17%), enquanto o grupo menos numeroso é o do 4º ao 6º período, com 3 participantes (13%). Esses dados evidenciam uma maior concentração de respondentes nos estágios mais avançados do curso.

Conforme Lea e Street (2014), o letramento acadêmico não é domínio instantâneo, mas prática situada que se constrói na participação progressiva em comunidades disciplinares. Nesse âmbito, a presença de estudantes em diferentes momentos da trajetória permite observar o que Moscovici (2012) chamaria de processo de estabilização representacional, as representações

tendem a se reconfigurar à medida que o sujeito amplia sua inserção nas práticas sociais do grupo. Não se trata, portanto, de comparar níveis de competência, mas de acompanhar deslocamentos no modo como a escrita é significada conforme aumenta a exposição às exigências acadêmicas.

Além da distribuição temporal, destaca-se que 9 participantes (37,5%) declararam ser a primeira pessoa da família a ingressar no Ensino Superior, um dado estruturalmente relevante. À luz do modelo ideológico de letramento de Street (2014), essas estudantes podem não ter tido acesso prévio aos códigos discursivos que a universidade pressupõe como conhecidos. Como veremos adiante, as justificativas de pertencimento, revelam que estudantes de primeira geração aparecem proporcionalmente mais associados a categorias como insegurança intensa e não pertencimento explícito, o que não configura déficit individual, mas diferença de capital cultural.

Uma das estudantes, de Pedagogia, 7º período e primeira geração, sintetiza com precisão essa assimetria: “porque eu moro em um bairro periférico onde não fui ensinado a escrever assim.” A frase evidencia consciência da desigualdade de acesso aos códigos acadêmicos e antecipa, desde já, a dimensão simbólica que permeia toda a análise, a escrita acadêmica não pode ser compreendida como habilidade neutra, como postula o modelo autônomo, mas como prática cultural situada, atravessada por relações de poder e reconhecimento.

Por fim, a diversidade de 16 cursos não é operada nesta análise como variável comparativa estatística, mas como elemento que amplia o alcance interpretativo do estudo, o que permite compreender a escrita acadêmica como fenômeno transversal a diferentes culturas disciplinares. Conforme Lea e Street (2014), os letramentos acadêmicos são plurais e dependem das convenções de cada comunidade discursiva. Neste estudo, não foram realizados cruzamentos sistemáticos entre curso e representação, a análise concentra-se na dimensão institucional compartilhada, aquela que incide sobre todos os estudantes, independentemente da área.

A amostra é composta por 24 estudantes distribuídos em 16 cursos de graduação distintos. Observa-se maior concentração nos cursos de Pedagogia (12,5%) e Letras - Português (12,5%), seguidos por Letras - Língua Inglesa e suas Literaturas (8,3%), Ciências Biológicas - Licenciatura (8,3%), Psicologia (8,3%) e Ciências Econômicas (8,3%). Os demais cursos apresentam apenas um ou dois participantes cada, incluindo Química, Engenharia Mecânica, Ciências Biológicas, Zootecnia, Enfermagem, Arquitetura e Urbanismo, Teatro - Bacharelado, Gestão da Tecnologia da Informação, Medicina e Engenharia Elétrica, cada um representando

4,2% ou 8,3% da amostra. No conjunto, essa distribuição indica uma heterogeneidade de áreas do conhecimento, o que contribui para ampliar o alcance interpretativo do estudo, ao reunir estudantes inseridos em diferentes culturas disciplinares, ainda que sem pretensão de comparação estatística entre os cursos.

Ademais, a questão de evocação livre gerou 117 termos, agrupados em 11 campos semânticos na Tabela 1, abaixo. O campo mais frequente foi Conhecimento/Ciência/Pesquisa (21%), seguido de Técnica/Metodologia (16%) e Produção científica (15%). Normatividade corresponde a 9% das evocações.

Tabela 1. Frequência dos campos semânticos nas evocações (n = 117)

Campo semântico	Exemplos de termos incluídos	n	%
Normatividade / Formalidade / Regulação	ABNT, regras, formalidade, formal correto, fontes, referência(s), padrão implícito, banca	11	9%
Técnica / Metodologia / Procedimentos	metodologia, método, hipóteses, teoria, análise de dados, técnica, cronograma, debate, discussão, laboratório, coerência, organização	19	16%
Produção científica / Gêneros acadêmicos	artigo(s), resenha(s), TCC, revista, submissão, publicação, iniciação científica, apresentação	18	15%
Conhecimento / Ciência / Pesquisa	ciência, pesquisa, estudo, investigação, desenvolvimento, conhecimento, fundamentos científicos, informação, aprendizado, curiosidade	24	21%
Institucionalidade / Universidade	universidade, faculdade, curso, BNCC	4	3%
Dificuldade / Rigidez / Complexidade	difícil, complicada, rígido, preciso, metódica, conteudista, elitista, muitas etapas	12	10%
Afetos negativos explícitos	medo, insegurança, chata, estressante, cansativo(a), cansaço	8	7%
Esforço / Trabalho / Tempo	trabalhoso, esforço, tempo, demora, trabalho, responsabilidade	9	8%

Afetos positivos / Projeção futura	prazer, felicidade, sonho, futuro, impacto, avanços, necessário	7	6%
Ética acadêmica	plágio, cuidado para não cometer plágio	2	2%
Identidade profissional	profissional, biólogo, coisa de cientista	3	3%
Total		117	100%

Fonte: As autoras (2026).

A dominância do campo Conhecimento/Ciência/Pesquisa revela, nos termos de Moscovici (2012), um processo de ancoragem, a escrita acadêmica é integrada a categorias familiares e valorizadas como “ciência”, “pesquisa”, “estudo”. Ao mesmo tempo, a presença de termos como ABNT, norma e formatação corresponde à objetivação, o conceito abstrato de escrita torna-se tangível por imagens concretas e regulatórias. O que os dados revelam, portanto, isso não representa um tecnicismo vazio, mas a constituição de um eixo procedimental-epistemológico no qual método, pesquisa e fundamentação aparecem articulados como garantias de legitimidade do conhecimento científico nesta universidade.

Essa estrutura reflete as práticas de ensino vigentes na instituição, onde a escrita tende a ser introduzida por meio de disciplinas de metodologia científica e normas técnicas, antes de ser trabalhada como gênero discursivo situado. A coexistência dos campos Dificuldade/Rigidez (10%) e Afetos negativos (7%) com Conhecimento/Ciência (21%) confirma, à luz de Jodelet (2001), que as representações articulam dimensão cognitiva e afetiva, a escrita é simultaneamente valorizada e temida.

Um estudante de Pedagogia, no 1º período, sintetiza essa tensão com precisão: difícil – regras – iniciação científica (IC) – medo – insegurança. Essa sequência de evocações ela mapeia, em cinco palavras, a estrutura nuclear da representação identificada. A escrita surge como objeto desejado (IC, aprendizado) e, ao mesmo tempo, como campo de ameaça (medo, insegurança, regras). Essa ambivalência é constitutiva da representação. Ainda, a forte presença de técnica e metodologia confirma a predominância do que Lea e Street (2014) denominam modelo das habilidades de estudo, no qual escrever significa dominar procedimentos formais. Entretanto, a presença de “universidade”, “banca” e “revista” evidencia que os estudantes

reconhecem a dimensão institucional da escrita, aproximando-se da perspectiva dos letramentos acadêmicos como prática situada.

Os dados das Tabelas 2 e 3 precisam ser lidos em articulação. A Tabela 2 mostra que as características mais atribuídas ao texto acadêmico-científico foram metodologia/cientificidade (41,7%), pesquisa/produção de conhecimento (33,3%) e fundamentação teórica (29,2%). A Tabela 3, por sua vez, revela que 65% dos participantes consideram a escrita acadêmica difícil ou muito difícil. O cruzamento interpretativo desses dois conjuntos evidencia uma tensão estrutural, os estudantes reconhecem o valor epistêmico da escrita, mas vivenciam como distante o domínio dos procedimentos que ela exige.

Tabela 2. Características atribuídas ao texto acadêmico

Campo semântico	n	% sobre os 24 participantes
Metodologia / Cientificidade (procedimentos científicos, hipótese, análise de dados, método)	10	41,7%
Normatividade / Padronização (ABNT, regras, formatação, terceira pessoa, padrão)	6	25%
Fundamentação teórica / Referencial	7	29,2%
Pesquisa / Produção de conhecimento (estudo, descoberta, geração de conhecimento)	8	33,3%
Objetividade / Linguagem formal/técnica	6	25%
Validação por fontes / Referências fidedignas	5	20,8%
Divulgação / Função social	4	16,7%
Dificuldade / Linguagem difícil	1	4,2%
Qualidade textual / Boa construção	1	4,2%

Nota: A contagem foi realizada por ocorrência semântica nas respostas, não por participante, o que explica a sobreposição entre categorias.

Fonte: As autoras (2026).

Tabela 3. Percepção de dificuldade em relação à escrita acadêmico-científica

Grau de dificuldade	n	%
Muito difícil	5	20,8%
Difícil	7	29,2%
Moderadamente difícil	11	45,8%
Fácil	1	4,2%
Total	24	100%

Fonte: As autoras (2026).

Essa dificuldade não deve ser interpretada como deficiência individual, mas como indício de descompasso entre expectativas institucionais e trajetórias letradas prévias. Segundo Lea e Street (2014), às dificuldades na escrita emergem quando a instituição opera sob o modelo de habilidades, que pressupõe domínio prévio e transferível, ou sob o modelo de socialização acadêmica implícita, no qual as regras são pouco explicitadas. Em uma universidade pública que recebe estudantes de origens sociais diversas, esse descompasso é estrutural.

O estudante de Engenharia Mecânica, no 7º período, articula com candura essa dimensão: “não aprendi a fazer ainda. Tenho que ir atrás para aprender, é necessário, apesar de complicado.” A frase revela um deslocamento de responsabilidade, o estudante naturaliza a necessidade de buscar, individualmente, o que a instituição não ensinou sistematicamente. Essa lógica próxima ao modelo autônomo de Street (2014), segundo o qual a escrita se aprenderia espontaneamente pela exposição e repetição, tem consequências diretas sobre o sentimento de pertencimento, como veremos.

Os afetos identificados na Tabela 4 confirmam essa dimensão identitária. Ansiedade e medo/insegurança/incapacidade concentram 25% cada uma das ocorrências, com cansaço, tédio e procrastinação somando 20,8%. Conforme Jodelet (2001), representações são formas de conhecimento que orientam práticas e afetos, a escrita acadêmica é objetivada, aqui, na imagem

de julgamento, banca, avaliação, reprovação, o que a transforma em dispositivo afetivo antes de ser instrumento epistêmico.

Tabela 4 – Sentimentos associados à escrita acadêmica

Campo afetivo	n	% sobre os 24 participantes
Ansiedade / Tensão	6	25%
Medo / Insegurança / Incapacidade	6	25%
Cansaço / Tédio / Preguiça / Procrastinação	5	20,8%
Frustração / Tristeza	2	8,3%
Dedicação / Paciência / Esforço	3	12,5%
Realização / Gratificação / Êxito	4	16,7%
Motivação / Ânimo / Expectativa	3	12,5%
Liberdade / Afinidade / Clareza	2	8,3%
Incerteza	1	4,2%
Total de participantes	24	100%

Fonte: As autoras (2026).

Moscovici (2012) explicita que as representações produzem comportamentos. Quando uma estudante de Letras – Português, no 4º período, afirma: “Me sinto burra” e outra, também de Letras - Português, no 7º período, declara sentir: “ansiedade, medo, sensação de incapacidade”, observa-se a internalização da exigência institucional como falha pessoal. A escrita deixa de ser apenas prática e passa a operar como marcador identitário, o que cria bloqueios que vão muito além do domínio técnico dos gêneros. Sob a ótica de Street (2014), isso revela o caráter ideológico do letramento. práticas valorizadas institucionalmente tornam-se critérios de legitimidade social, e quem não as domina é lido, por si mesmo e pelos outros, como menos capaz.

Sobre o sentimento de pertencimento ao escrever, observa-se que 9 participantes (37,5%) afirmam sentir pertencimento ao escrever textos científicos. Em contrapartida, 8 participantes (33,3%) relatam que esse sentimento ocorre apenas às vezes, indicando uma percepção intermediária e instável de pertencimento. Já 7 participantes (29,2%) afirmam não se sentir pertencentes nesse processo de escrita. Ou seja, só 37,5% se sentirem pertencentes pode revelar uma questão estrutural desta instituição, a escrita funciona como filtro simbólico de pertencimento.

A Tabela 5, abaixo, detalha as justificativas e permite compreender os mecanismos dessa inclusão ou exclusão simbólica.

Tabela 5. Justificativas para o (não) pertencimento ao espaço acadêmico

Campo explicativo	% (n=24)
Insegurança / Sentimento de incapacidade / Baixa autoestima	20,8%
Falta de prática / Inexperiência / Domínio insuficiente do método	16,7%
Apoio docente / Mediação formativa positiva	16,7%
Interesse pessoal / Afinidade com o tema	8,3%
Pertencimento por escolha / Legitimação das próprias ideias	8,3%
Concepção estrutural da academia (ensino-pesquisa-extensão / função da escrita)	4,2%
Condições sociais / Capital cultural (origem periférica)	4,2%
Processo de aprendizagem em construção	8,3%
Experiência prévia positiva	4,2%
Naturalização (“faz parte”)	4,2%
Resposta vazia / não elaborada	4,2%

Total

100%

Nota: As justificativas foram classificadas segundo o eixo explicativo predominante em cada resposta.

Fonte: As autoras (2026).

A principal categoria que explica o não pertencimento é insegurança/incapacidade/baixa autoestima (20,8%), seguida de falta de prática/domínio insuficiente (16,7%). O mais revelador, contudo, é que apoio docente e mediação formativa positiva também somam 16,7%, mas como fator de pertencimento. Ou seja, o que inclui e o que exclui não é a capacidade individual do estudante, mas a presença ou ausência de mediação institucional.

Os excertos a seguir ilustram os dois polos dessa dinâmica. A estudante de Letras - Português, em fase de TCC, descreve com precisão o efeito da mediação positiva:

Ao longo de minha trajetória pude contar com professores orientadores que me apoiaram e incentivaram, e que me ajudaram a acreditar em meu próprio potencial. A atenção e paciência deles foi essencial para que eu ganhasse confiança com o passar do tempo.

Em contraste, a estudante de Psicologia, no 7º período, descreve o polo oposto: “Me sinto menos inteligente e capaz de produzir algo bom.” E o estudante de Letras – Português, no 7º período, expressa o mesmo mecanismo de exclusão simbólica por outra via: “Porque parece que todo mundo sabe escrever um texto bom, menos eu.”

Lea e Street (2014) defendem que escrever implica negociar significados e ocupar posição reconhecida na comunidade acadêmica: pertencimento depende da legitimação discursiva. Os dados desta pesquisa concretizam essa proposição teórica, o pertencimento correlaciona-se com participação em práticas reais, IC, TCC, congressos, orientação próxima, e não com a mera exposição a normas. Quem acessa essas práticas pertence, quem não acessa, internaliza a ausência como incapacidade.

O estudante de Ciências Biológicas, no 7º período, sintetiza com lucidez essa lógica de pertencimento por participação progressiva: “A academia gira em torno da escrita científica, não tem para onde correr e para mim, na minha área, só me senti realizado mesmo quando iniciei a produção e publicação destes trabalhos.” Esse relato confirma, no plano empírico desta universidade, o que Moscovici (2012) descreve no plano teórico, as representações muito além de descreverem a realidade, orientam a ação. Para esse estudante, a escrita não é obstáculo nem tarefa, é a própria forma de existir na academia. O título deste trabalho, “escrever para existir”, também encontra aqui sua justificativa analítica.

Os dados a seguir permitem compreender, de modo mais amplo, a manutenção da representação normativa identificada nas evocações anteriores. Quando perguntados sobre a orientação acadêmica que receberam, observa-se que a maioria dos respondentes, 58,3%, assinalou a opção “parcialmente”, indicando uma percepção intermediária. As opções “sim” e “não” apresentam o mesmo percentual, 20,8% cada uma, revelando uma distribuição equilibrada entre posições opostas.

Porém, a Tabela 6, a seguir, deve ser analisada em conjunto com essas respostas, pois, se, por um lado, 58,3% dos participantes indicam ter recebido orientação apenas parcial para a escrita acadêmico-científica e 20,8% declaram não ter recebido orientação suficiente, por outro, a análise temática dos comentários revela que 25% mencionam formação fragmentada ou restrita a disciplinas isoladas e 16,7% apontam falta de acompanhamento sistemático.

Tabela 6. Análise temática dos comentários sobre orientação para escrita acadêmica

Campo temático	n	% (n=24)
Formação fragmentada / Disciplinas isoladas	6	25%
Aprendizagem pela prática (“só aprende fazendo”)	5	20,8%
Mediação docente positiva (IC, TCC, professores dedicados)	5	20,8%
Falta de acompanhamento sistemático / mediação continuada	4	16,7%
Exigência sem ensino efetivo	2	8,3%
Ainda em início de curso	2	8,3%
Total	24	100%

Fonte: As autoras (2026).

Esses dados, considerados em conjunto, evidenciam que a escrita é frequentemente solicitada como produto avaliativo, mas nem sempre trabalhada como prática discursiva mediada e continuada. A estudante de Pedagogia, no 3º período, descreve essa situação com precisão: “Até o momento, indo para o 3º período, foram exceção os professores que corrigiram e estimularam essa escrita... ou ainda, que na tentativa de estimularem não se efetuaram na

prática ou para mim.” Já o estudante de Medicina, no 1º período, sintetiza a demanda em uma frase: “falta [sic] conceitos introdutórios e mediação continuada.”

À luz de Machado (2007), a formação em escrita requer atuação colaborativa, reflexão consciente sobre gêneros e explicitação das condições de produção textual. Quando a orientação ocorre de forma pontual ou descontínua, a escrita tende a ser percebida como exigência técnica a ser cumprida, e não como prática social situada. Essa dinâmica ajuda a compreender por que, nas evocações anteriores, predominam categorias como metodologia, normatividade e padronização, na ausência de mediação sistemática, os estudantes ancoram sua compreensão da escrita nos elementos mais visíveis e institucionalmente legitimados.

O campo temático aprendizagem pela prática (20,8%) revela uma ambivalência importante. A ideia de que “só se aprende fazendo” pode indicar autonomia e engajamento, mas também pode sinalizar a transferência da responsabilidade formativa para o próprio estudante o que reafirma uma lógica próxima ao modelo autônomo de letramento descrito por Street (2014), no qual pressupõe-se que a habilidade de escrever se desenvolve naturalmente pela exposição e pela repetição. O estudante de Psicologia, no 7º período, resume com honestidade essa armadilha: “acredito que escrever a gente só aprende fazendo, porém nem todo mundo tem a oportunidade de desenvolver ou participar de um projeto na graduação.” A frase revela, contraditoriamente, tanto a internalização do modelo autônomo quanto a consciência de sua injustiça. Quem não acessa projetos de IC ou TCC orientado não aprende fazendo, apenas deixa de aprender.

Quando perguntados sobre propostas de melhoria na formação para a escrita acadêmica, observa-se que duas categorias concentram os maiores percentuais: a criação de disciplinas específicas ou inclusão curricular formal e a oferta de oficinas, cursos, monitorias e programas de apoio, ambas com 5 respostas (20,8%). Em seguida, destacam-se as práticas contínuas e a iniciação precoce à escrita, mencionadas por 4 participantes (16,7%). Outras propostas aparecem com menor frequência, como a mediação docente mais ativa, envolvendo correção individual e orientação próxima, citada por 3 participantes (12,5%).

Ademais, o ensino de normas e padronização, incluindo ABNT e outras diretrizes, e o ensino de metodologia e análise de dados foram lembrados por 2 participantes cada (8,3%). Já aspectos como formação linguística, incentivo à pesquisa e participação em projetos, programas de tutoria continuada, laboratórios e espaços estruturados de escrita, além da percepção de formação suficiente (sem atribuição de problema institucional), foram mencionados por 1 participante cada (4,2%).

Considerando que 70,8% das respostas concentram-se em propostas que envolvem institucionalização da mediação formativa, disciplinas específicas, oficinas, tutoria continuada, os dados revelam que os estudantes não apenas diagnosticam o problema, mas o localizam corretamente: na ausência de estrutura institucional, não na incapacidade individual.

Os resultados permitem inferir que a representação social da escrita acadêmica, nesta universidade, estrutura-se em torno de um núcleo central procedimental-epistemológico que associa método, pesquisa e validação científica à legitimidade do conhecimento. Em torno desse núcleo, organiza-se um sistema periférico afetivo marcado por insegurança, ansiedade e percepção de dificuldade. A tensão interna da representação reside justamente nessa ambivalência, a escrita é reconhecida como instrumento de produção de conhecimento e ascensão intelectual, mas simultaneamente vivenciada como dispositivo de avaliação, julgamento e exclusão simbólica.

Essa configuração emerge de condições concretas desta instituição. A presença expressiva de estudantes de primeira geração (37,5%), a formação majoritariamente fragmentada (58,3% com orientação apenas parcial), a concentração de afetos negativos em torno da avaliação e da banca, e a demanda por mediação continuada compõem um retrato específico, não uma abstração aplicável a qualquer universidade.

A pesquisa revela que esta universidade tende a exigir escrita antes de ensiná-la sistematicamente. Ao operar sob pressupostos implícitos, reforça a normatividade como critério de pertencimento. A normatividade, nesse contexto, cumpre dupla função, protege a qualidade científica, mas também pode operar como mecanismo seletivo quando não acompanhada de mediação formativa explícita.

Ainda, o discurso meritocrático atravessa a representação quando a dificuldade é internalizada como incapacidade pessoal, além disso, a ausência de orientação sistemática contribui para a consolidação dessa leitura individualizante. Portanto, a escrita acadêmica emerge, neste contexto, como prática social situada, atravessada por relações de poder, legitimidade e reconhecimento. Mais do que técnica, ela tem funcionado como dispositivo de inclusão ou exclusão simbólica nessa universidade, o que impõe, como conclusão inevitável, a necessidade de políticas institucionais de letramento acadêmico que tornem explícitas as convenções discursivas hoje pressupostas.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo investigar as representações sociais da escrita acadêmica construídas por estudantes de graduação e analisar como tais representações se articulam à percepção de pertencimento no Ensino Superior. A partir da articulação entre a Teoria das Representações Sociais e os estudos sobre letramentos acadêmicos, buscou-se compreender como os estudantes organizam simbolicamente esse objeto e como o experienciam no cotidiano universitário.

Os resultados sugerem que a escrita acadêmica se estrutura, no plano representacional, em torno de um núcleo central de caráter procedimental-epistemológico, ancorado em método, pesquisa, fundamentação teórica e normatividade. Esse núcleo parece conferir estabilidade e legitimidade ao objeto, associando-o à produção científica e à validação do conhecimento. Em torno dele, organiza-se um sistema periférico fortemente marcado por afetos como ansiedade, medo e insegurança, além da percepção recorrente de dificuldade.

Tal configuração indica uma tensão interna, a escrita é simultaneamente reconhecida como instrumento de produção de conhecimento e vivenciada como dispositivo de avaliação e julgamento. A normatividade, ainda que percebida como critério de cientificidade, aparece também como elemento que pode intensificar a sensação de inadequação quando não acompanhada de mediação sistemática. Nesse sentido, os dados indicam que a dificuldade relatada pelos estudantes não pode ser compreendida como *déficit* individual, mas como efeito de processos institucionais que, muitas vezes, operam sob pressupostos implícitos acerca do domínio prévio da escrita acadêmica. Ainda que o discurso meritocrático atravesse alguns alunos.

No que se refere ao pertencimento, os dados permitem sugerir que ele não se vincula somente ao tempo de permanência na universidade ou à simples exposição às normas acadêmicas, mas parece estar mais relacionado à participação em práticas discursivas mediadas, como iniciação científica, orientação próxima e processos contínuos de *feedback*. Nessas situações, a escrita tende a ser ressignificada como prática de aprendizagem, e não apenas como exigência avaliativa.

De forma correlata, a ausência ou insuficiência dessa mediação pode contribuir para que dificuldades na escrita sejam interpretadas pelos próprios estudantes como incapacidade individual, o que dialoga com a crítica de Street (2014) ao modelo autônomo de letramento, no qual a escrita é entendida como habilidade transferível e previamente adquirida pessoal, aproximando-se do modelo autônomo de letramento criticado por Street (2014).

Assim, a principal contribuição deste estudo reside em indicar que a escrita acadêmica, nesta universidade, não se limita a uma dimensão técnica ou instrumental, mas parece se articular também a processos simbólicos de reconhecimento e pertencimento. Ainda que não se possa generalizar esses achados para outros contextos, os dados desta pesquisa sugerem que a escrita pode ocupar um lugar relevante na forma como os estudantes constroem sua relação com o espaço acadêmico.

Do ponto de vista formativo, os resultados apontam para a relevância de se ampliar e tornar mais explícitas as práticas institucionais de mediação da escrita, por meio de disciplinas, oficinas, programas de tutoria e acompanhamento docente contínuo. Mais do que a ampliação de conteúdos normativos, trata-se de fortalecer a escrita como prática situada, processual e acompanhada, o que pode contribuir para reduzir distanciamentos entre expectativas institucionais e trajetórias estudantis.

Contribuições dos autores

Lívia da Silva Leite teve a ideia inicial do estudo, delimitou o problema de pesquisa e formulou a hipótese investigativa. Ela também delineou o percurso metodológico, elaborou o instrumento de coleta de dados, organizou o *corpus* e realizou a análise quali-quantitativa. Lívia da Silva Leite aplicou o questionário, sistematizou as respostas e estruturou as tabelas e categorias analíticas. Ademais, conduziu a análise à luz do referencial teórico adotado e realizou a discussão dos resultados. Ela também escreveu a versão inicial do manuscrito. Natália Elvira Sperandio realizou a revisão crítica do conteúdo intelectual, sugeriu ajustes teóricos e metodológicos e contribuiu para o aprimoramento da clareza e da organização textual. Lívia da Silva Leite realizou as adequações finais no texto. Natália Elvira Sperandio orientou o desenvolvimento da pesquisa, acompanhou as etapas do trabalho e validou a versão final para submissão.

Referências

- BOTELHO, Laura Silveira. *Práticas de Letramentos Acadêmicos na escrita da monografia: relações de poder na Academia*. 2016. 274 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.
- BOTELHO, Laura Silveira; SILVA, Marta Cristina. Análise documental de um manual de orientação da escrita do gênero monografia: reflexões sobre letramentos acadêmicos. In: APARÍCIO, Ana Silvia Moço; SILVA, Silvio Ribeira da (Orgs.). *Gêneros textuais: mediadores no ensino e na aprendizagem de línguas*. Campinas: Pontes, 2018. p. 53-86.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEA, Mary R.; STREET, Brian V. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. Tradução de Fabiana Komesu e Adriana Fischer. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 477–493, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v16i2p477-493>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/79407/95916>. Acesso em: 26 dez. 2026.

MACHADO, Anna Rachel. Colaboração e crítica: possíveis ações do linguista na atividade educacional. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 22–40, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25205>. Acesso em: 26 fev. 2026.

MOSCOVICI, Serge. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Tradução de Sonia I. Jardim. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social* / Serge Moscovici: editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, Serge. *Social representations: Essays in social psychology*. Nyu Press, 2001.

MOSCOVICI, Serge; LAGE, Elisabeth. Studies in social influence III: Majority versus minority influence in a group. *European Journal of Social Psychology*, Chichester, West Sussex, United Kingdom, v. 6, n. 2, p. 149-174, 1976.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

STREET, Brian. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

Recebido em 03 de março de 2026

Aceito em 25 de junho de 2026